



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2006

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS***CONTEÚDO***

Quadro I – Balanço Patrimonial	3
Quadro II – Demonstração do Resultado	4
Quadro III – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Quadro IV – Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos	7
Quadro V – Demonstrativo da Composição Acionária do Capital Social	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10
Parecer da Auditoria Independente	16
Relatório da Administração	18

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**QUADRO I****BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

		R\$
	2006	2005
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	287.649	146.465
Aplicações financeiras	698.352	2.061.391
Contas a receber de clientes	1.085.767	988.128
Estoques	176.375	65.235
Despesas antecipadas	62.660	50.903
Adiantamentos concedidos	31.847	52.268
Imóvel alienado em fase de recebimento	407.331	213.161
Tributos a recuperar	189.965	189.480
Outros créditos e valores	124.622	386.267
	3.064.568	4.153.298
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Desapropriação de imóveis a receber	2.388.528	2.388.528
Valores bloqueados pela Justiça	809.480	1.382.414
Cobranças judiciais	1.755.666	1.835.837
Depósitos judiciais	319.589	453.619
Valores a receber de imóveis vendidos	217.223	0
Outros créditos e valores	109.405	81.680
Provisão para devedores duvidosos	(640.215)	(618.138)
	4.959.676	5.523.940
PERMANENTE		
Imobilizado	34.879.695	37.482.571
TOTAL DO ATIVO	42.903.939	47.159.809

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**QUADRO I**
(continuação...)

	2006	R\$ 2005
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	384.056	340.402
Salários e contribuições previdenciárias	723.615	722.212
Obrigações tributárias	268.024	242.075
Parcelamentos a pagar		290.490
Parcelamento REFIS	200.000	225.000
Provisão para contingências	1.500.000	2.500.000
Outras obrigações a curto prazo	50.567	74.554
	3.126.262	4.394.733
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisão para Contingências	1.389.168	1.927.152
Parcelamento REFIS	5.768.194	5.630.337
Provisão para tributos a recolher	708.511	673.261
	7.865.873	8.230.750
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	161.176.620	161.176.620
Prejuízo Acumulado	(129.264.816)	(126.642.294)
	31.911.804	34.534.326
TOTAL DO PASSIVO	42.903.939	47.159.809

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
QUADRO II
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

		R\$
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Venda de Mercadorias e Serviços	11.770.623	14.259.901
Deduções de vendas e de prestação de serviços		
Deduções da Receita	(1.152.852)	(1.508.760)
COFINS Não Cumulativa	(893.599)	(1.056.203)
PIS Não Cumulativo	(193.870)	(229.212)
ISSQN	(354.627)	(450.529)
ICMS	(107.210)	(55.684)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	396.454	282.868
Receita Operacional líquida	10.617.771	12.751.141
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		
Custos dos serviços prestados	(8.788.882)	(7.762.338)
LUCRO BRUTO	1.828.889	4.988.803
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(3.788.082)	(3.967.370)
Reversão de provisões constituídas	6.341	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.976.880	1.996.571
Receita (despesa) financeira líquida	(42.974)	247.371
Depreciação	(3.119.625)	(3.335.850)
	(4.967.460)	(5.059.278)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(3.138.571)	(70.475)
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	556.809	(311.890)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.581.762)	(382.365)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.581.762)	(382.365)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (lote de mil ações)	(0,64)	(0,09)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**QUADRO III****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**

	R\$		
	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	161.176.620	(125.827.408)	35.349.212
Ajustes de exercícios anteriores	-	(432.521)	(432.521)
Resultado líquido do exercício	-	(382.365)	(382.365)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	161.176.620	(126.642.294)	34.534.326
Ajustes de exercícios anteriores		(40.760)	(40.760)
Resultado líquido do exercício		(2.581.762)	(2.581.762)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	161.176.620	(129.264.816)	31.911.804

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**QUADRO IV****DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	2006	R\$ 2005
ORIGENS DE RECURSOS		
NAS OPERAÇÕES		
Lucro do exercício		
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante		
- Reversão de provisão	(6.341)	
- Atualizações e juros do Exigível a Longo Prazo	287.180	372.038
- Prejuízo na venda do Imobilizado	-	311.890
DE ACIONISTAS		
Integralização de Capital		
DE TERCEIROS		
Redução do Realizável a Longo Prazo	1.509.892	1.182.603
Alienação de Imobilizado	1.127.487	246.256
Transferência de obrigações do Circulante para o longo prazo	-	
Aumento do Exigível a Longo Prazo	35.250	55.363
TOTAL DAS ORIGENS	2.953.468	2.168.150
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo do exercício	2.581.762	382.365
Lucro na venda do Imobilizado	556.809	
Ajustes de exercícios anteriores	33.810	375.328
Ajustes ao resultado		
- Depreciação	(3.119.625)	(3.335.850)
- Variação Monetária Passiva	609	52.656
Aumento do Realizável a Longo Prazo	945.628	1.159.077
Adições de Imobilizado	1.087.427	796.183
Diminuição do Exigível a Longo Prazo		
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	687.307	2.197.929
TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.773.727	1.627.688
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	179.741	540.462

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**QUADRO IV****(continuação...)**

		R\$
	2006	2005
Ativo Circulante		
- No início do exercício	4.153.298	4.882.999
- No fim do exercício	3.064.568	4.153.298
	1.088.730	729.701
Passivo Circulante		
- No início do exercício	4.394.733	5.664.896
- No fim do exercício	3.126.262	4.394.733
	1.268.471	1.270.163
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	179.741	540.462

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
QUADRO V
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

CASEMG - CIA. DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 COMPOSIÇÃO DO CAPITAL
 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

Nº DE ORDEM	ACIONISTAS	CAUTELA NÚMERO	CAUTELA DATA EMISSÃO	QTE DE AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL VOTANTE	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL TOTAL	VALOR (R\$) ATUAL
	CAPITAL INTEGRALIZADO			40.212.516,561		100,0000000000	161.176.620,00
	AÇÕES ORDINÁRIAS			38.248.984,609	100,0000000000	94,870838974	152.909.684,03
1	GOVERNO FEDERAL	375	22/12/1993	37.360.952,565	97,7305749345	92,6034203596	149.255.062,94
2	CONAB	358	22/12/1993	742.667,252	1,9418652745	1,9399870527	3.126.805,56
3	BDMG	359	22/12/1993	79.633,448	0,2062106200	0,2080306561	335.296,76
4	RURAL MINAS	360	22/12/1993	36.811,905	0,0957199597	0,0966372084	154.144,82
5	CREDIREAL	361	22/12/1993	4.542,557	0,0118762813	0,0118660138	19.125,24
6	BANCO ITAU S/A	381	22/12/1993	4.538,272	0,0118660784	0,0118548211	19.107,20
7	CSBC	363	22/12/1993	12.100	0,0000316348	0,0000316051	50,94
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	364	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
9	RAIMUNDO MENDES	365	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
10	MARCOS ABREU SILVA	366	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	387	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
12	JOSÉ KALL SALES LACERDA	376	22/12/1993	1.180	0,0000030853	0,0000030836	4,97
13	HUMBERTO ELRICK LADERIA	369	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
14	HIGINO V. FONSECA	370	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
15	AFONSO M. N. FILHO	371	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
16	VICENTE PAULA PINTO (Espólio)	372	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	373	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	374	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
	AÇÕES PREFERENCIAIS						
1	CONAB	28	22/12/1993	1.983.531,952		5,1291161026	8.266.935,97

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS***(a) Apresentação das demonstrações contábeis***

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para os direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil dos ativos imobilizados e as perdas com contingências, entre outras.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. Incluem, também, os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive a provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de clientes e de terceiros, quando necessário.

(c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, líquido de Imposto de Renda na Fonte, em linha com o valor e as taxas praticadas pelo mercado.

(d) Provisão para créditos duvidosos

Constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de valores a receber em curto prazo e a processos que estão em cobrança judicial.

(e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, atualizações monetárias e provisões para prováveis perdas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS***(f) Imobilizado***

O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 com base em índices oficiais, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

(g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação do imposto de renda é calculado com base no lucro real, já ajustado pelas adições, exclusões e compensações. Com base na demonstração do resultado do exercício, não foi necessária a constituição de provisão para Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

3. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 1.085.767 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 988.128 em 31 de dezembro de 2005) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2006	POSIÇÃO EM 2005
Alfenas	20.000	32.565
Araguari	48.074	22.371
Bonfinópolis	0	0
Buritis	6.686	7.762
Capinópolis	118.187	33.211
Centralina	5.548	5.500
Conceição das Alagoas	0	0
Frutal	9.554	64.830
Ipiaçu	212	4.568
Ituiutaba	54.704	36.125
Monte Carmelo	97.626	58.366
Paracatu	68.627	64.315
Passos	118.983	0
Patos de Minas	78.179	89.560
Patrocínio	169.769	168.216
Sacramento	28.076	39.561
Santa Vitória	5.935	11.724
Tupaciguara	3.792	21.570
Uberaba	52.611	53.190
Uberlândia	163.926	232.863
Unaí	35.278	41.831
TOTAL	1.085.767	988.128

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Referem-se basicamente à concessão de direito real de uso de imóveis, no valor de R\$ 123.188, e à venda dos imóveis nas cidades de São Francisco, pelo valor de R\$163.302, para pagamento em 30 meses, Janaúba, por R\$ 191.000, para pagamento em 12 parcelas mensais, e Campina Verde, por R\$ 450.000, para pagamento em 24 parcelas, todos alienados em 2006. Em 31 de dezembro de 2006 restam a ser recebidos R\$ 624.554, da seguinte forma:

	(R\$)			
	São Francisco	Janaúba	Campina Verde	Total
Valores a receber no curto prazo	75.319	144.186	187.826	407.331
Valores a receber no longo prazo	45.049		172.174	217.223

5. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL

	R\$	
	2006	2005
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Muriaé	1.235.681	1.235.681
Prefeitura Municipal de Centralina	9.401	9.401
	2.388.528	2.388.528
(-) Provisão para perdas	(254.730)	(254.730)
	2.133.798	2.133.798

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da Companhia. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares a certeza do direito é latente, por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). Os valores a receber das Prefeituras de Ipanema e Muriaé originam-se de ações que contam com julgamentos favoráveis à CASEMG, com trânsito em julgado quanto ao mérito e pleno reconhecimento do direito da Companhia, com precatórios já constituídos, posto estarem em fase de execução.

6. COBRANÇAS JUDICIAIS

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2006, de R\$ 1.755.666, decorre de valores a receber relativos à concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial.

	R\$	
	2006	2005
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.403	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Cezar Dalbert Bizinoto	2.646	
Outros Valores em cobrança judicial	18.532	101.349
	1.755.666	1.835.837
(-) Provisão para perdas	(385.485)	(363.408)
	1.370.181	1.472.429

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da Companhia. A ação contra a Prefeitura de Frutal constitui matéria de Direito e está em fase de execução de sentença, com julgamentos favoráveis à CASEMG em 1ª e 2ª instâncias, sem trânsito em julgado por existirem recursos às instâncias superiores, em caráter meramente protelatório. As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia, Gurinhatã e Espinosa encontram-se ainda em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da Companhia.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 319.589 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face à depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar eventuais perdas.

8. IMOBILIZADO

		2006	R\$ 2005
	Taxa anual depreciação		
Terrenos		620.156	650.436
Edificações	4%	8.708.704	8.792.041
Máquinas e Equipamentos	10%	47.775.844	48.470.912
Móveis e Utensílios	10%	1.449.050	1.593.681
Veículos	20%	132.051	246.021
Armazéns e Silos	4%	89.060.252	89.584.901
Obras em andamento		5.665	15.655
Direitos de Propriedade		215.741	176.589
Equipamentos de Informática	20%	391.008	359.784
		148.358.471	149.890.020
(-) Depreciação Acumulada		(113.478.776)	(112.407.449)
TOTAL		34.879.695	37.482.571

Em 2006 ocorreram baixas no imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis e dos imóveis de São Francisco, Janaúba, Campina Verde e Pains, cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pelo ganho de R\$ 556.809.

9. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2006	R\$ 2005
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
Dívida Consolidada	5.539.797	5.539.797
Acréscimo (decréscimo) da dívida	315.541	153.515
Pagamento de parcelas no exercício	(174.324)	(205.712)
Atualização TJLP no exercício	287.180	367.737
Saldo devedor REFIS	5.968.194	5.855.337
Dividido em:		
Passivo Circulante	200.000	225.000
Exigível a Longo Prazo	5.768.194	5.630.337

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA**

A empresa mantém provisão para contingências registrada no Passivo Circulante, de R\$ 1.500.000, e, no Exigível a Longo Prazo, de R\$ 1.389.168, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo das contas de depósito dos valores bloqueados pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão *sub-júdice* totaliza R\$ 809.480.

Em 2006 foram liquidadas ações trabalhistas, por acordo nos autos ou por execução de sentença, no valor total de R\$ 1.537.984.

11. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER

O ISS e o IPTU a recolher, no valor de R\$ 708.511, referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura de Frutal desde 1991, os quais estão sendo discutidos judicialmente.

12. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2005 o Capital Social, no valor R\$ 161.176.620, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

13. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2006, de R\$ 40.760, decorrem basicamente de ajustes de provisões, despesa com IPTU e ISS e à baixa do empréstimo compulsório junto a Eletrobrás.

14. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	
	2006	2005
Despesas Financeiras	(477.289)	(580.216)
- Juros e VM, pagos ou incorridos	7.148	68.669
- Multas dedutíveis e indedutíveis	91.022	50.041
TJLP sobre REFIS	287.180	367.737
Comissões, despesas bancárias e outras	91.939	93.769
Receitas Financeiras	434.315	827.587
Taxa de Permanência	91.399	161.927
Apropriação de juros e multas	148.188	323.414
Renda de aplicação financeira	194.728	342.246
Total	(42.974)	247.371

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**15. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

16. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.500 e R\$ 6.800, respectivamente, e dos empregados são R\$ 3.843,27 e R\$ 366,08, respectivamente.



DIRETORIA
CÉLIO GOMES FLORIANI
Diretor-Presidente

DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS
Diretor Técnico Operacional

DANUZA BIAS FORTES CARNEIRO
Diretora Administrativa

SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA JUNIOR
Diretor Financeiro

Contadora:
Vanda Lúcia Batista
CRC- 56.389

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES
PORTO ALEGRE - CURITIBA - SÃO PAULO - BRASÍLIA

À
DD.DIRETORIA DA
COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE – MG

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2006, e a respectiva Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme consta nas notas explicativas "5" e "6", a Companhia possui créditos a receber: sendo R\$ 2.388.528,00 proveniente de desapropriação de Imóveis por Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais e R\$ 1.755.666,00 proveniente de cobranças judiciais pelo direito de concessão de uso de armazéns de propriedade da Companhia e por duplicatas vencidas. Sobre esses ativos contingenciais a Companhia efetuou provisão para perdas no montante de R\$ 640.215,00 no entanto, as informações disponibilizadas pela Companhia, através de sua Assessoria Jurídica, não nos permitem aferir, se o montante provisionado é suficiente ou não, para cobertura de eventual insucesso nas ações judiciais em andamento.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos apresentados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES
PORTO ALEGRE - CURITIBA - SÃO PAULO - BRASÍLIA

5. Conforme consta na nota explicativa "1" em maio de 2000, o controle acionário da Companhia, que era até aquela ocasião detido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, foi transferido para o Governo Federal, estando a entidade incluída no Programa Nacional de Desestatização PND.

6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer em 22 de fevereiro de 2006, com ressalva similar à apresentada no parágrafo 3 e mesma ênfase por nós apresentada.

Minas Gerais, 29 de janeiro de 2007.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC RS – 71.505/P-8 – "S" - MG
Responsável Técnico
TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS – 3.622 – "S" – MG

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O presente Relatório da Administração consubstancia as principais informações sobre a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e o seu desempenho em 2006, enfocando as ações empreendidas para o alcance dos objetivos e metas constantes do seu Programa de Desenvolvimento Estratégico - PDE.

Em um ano marcado pela redução da safra, valorização do câmbio, queda nos preços das principais *commodities* agrícolas, comercialização acelerada dos grãos, aumento dos custos de produção, juros elevados e persistência dos problemas de infraestrutura e logística, aprofundou-se a crise no setor do agronegócio, iniciada ainda em 2005.

O desempenho da CASEMG no exercício foi diretamente afetado por esses fatores, resultando em expressiva redução das receitas operacionais, consequência direta da queda da movimentação de produtos, decréscimo ainda maior do volume de mercadorias transbordadas e estoque médio mensal em seu menor nível nos últimos 4 anos. Os esforços para elevação da taxa de ocupação, a diversificação dos produtos armazenados - a exemplo da negociação de contrato pioneiro para estocagem de uréia na Unidade de Uberaba - e o incremento excepcional do volume de café ensacado depositado na Companhia, contribuíram para minimizar a queda do faturamento e continuarão a produzir efeitos positivos nos próximos anos.

Após vários anos de sucessivos êxitos nas ações para redução das despesas, não se logrou em 2006 a continuidade do processo, em grande medida pelos reflexos das profundas mudanças verificadas no quadro de pessoal, com a demissão de cerca de 40% dos empregados em junho e a subsequente contratação de novos funcionários aprovados em concurso público, o primeiro da história da CASEMG, mas também pela rigidez dos custos fixos e pela evolução dos preços dos principais insumos utilizados.

Como consequência dos diversos fatores que prejudicaram o desempenho do agronegócio no Brasil em 2006, o resultado do exercício foi deficitário, contrariando as expectativas externadas no encerramento de 2005 e frustrando o alcance das metas estabelecidas no PDE. Ainda assim, a Companhia registrou avanços significativos no processo de fortalecimento institucional e de consolidação das bases para a auto-sustentabilidade, mediante crescimento dos investimentos em modernização e ampliação de sua capacidade produtiva, redução do endividamento de curto prazo e continuidade das ações de reorganização operacional e administrativa.

Os resultados obtidos mantiveram, em termos agregados, consonância com as estimativas contidas no orçamento de 2006, elaborado em cumprimento às disposições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no seu Programa de Dispendios Globais - PDG - Usos e Fontes, considerando-se o histórico das receitas e despesas globais da Companhia e projetando-se o resultado do exercício a partir do esperado de cada uma das unidades que compõem a Empresa.

Demonstração de Resultados

O desempenho da CASEMG em 2006 foi condicionado pela redução de R\$ 2.783 mil na receita com serviços de armazenagem, o que equivale a 19,94% do faturamento alcançado no ano anterior. Mesmo diante do menor nível de atividade da Companhia, os dispendios totais cresceram ligeiramente acima da inflação, tanto pelos fatores já mencionados quanto pelo incremento expressivo dos investimentos no Ativo Imobilizado e pelas despesas incorridas no ajuste estrutural, situando-se, ainda assim, em patamar inferior aos observados em 2002, 2003 e 2004. As despesas com depreciação reduziram-se de R\$ 3.335 mil para R\$ 3.119 mil, situando-se ainda em patamar elevadíssimo para a atual capacidade de geração de receitas da Empresa. No exercício, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.581 mil, equivalente a 7,48% do Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Ativo Circulante**

Em relação aos saldos de 31/12/2005, verifica-se redução de 26,21% no *Ativo Circulante*, de R\$ 4.153 mil para R\$ 3.064 mil, em função, principalmente, do decréscimo das *Disponibilidades*.

Ativo Realizável a Longo Prazo

A redução de 10,21%, de R\$ 5.523 mil para R\$ 4.959 mil tem por causa principal a redução do saldo da conta *Créditos e Valores*, pela utilização de depósitos recursais e valores bloqueados à ordem da Justiça na liquidação de ações trabalhistas.

Ativo Imobilizado

O decréscimo de 6,94% do *Ativo Imobilizado*, de R\$ 37.482 mil para R\$ 34.879 mil, origina-se na depreciação de bens e nas baixas efetuadas no período, relativas à alienação de imóveis. Esta redução foi parcialmente compensada pela adição de R\$ 1.087 mil nesta rubrica, correspondente aos investimentos em manutenção e modernização.

Passivo Circulante

Apresenta redução de 28,86%, de R\$ 4.394 mil para R\$ 3.126 mil, decorrente da amortização e liquidação de dívidas e ações trabalhistas. O pagamento das ações, no valor de R\$ 1.448 mil, foi parcialmente compensado pela transferência de R\$ 538 mil do *Passivo Exigível a Longo Prazo* para a rubrica *Provisão para Contingências*, em face da perspectiva de execução de parte dos processos originados do não cumprimento do dissídio de 1991.

Passivo Exigível a Longo Prazo

A redução de 4,43%, de R\$ 8.230 mil para R\$ 7.865 mil é função, essencialmente, da transferência, para o Passivo Circulante, de parte das provisões para contingências trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O decréscimo de 7,59% no PL, de R\$ 34.534 mil para R\$ 31.911 mil, decorre do prejuízo do exercício, de R\$ 2.581 e de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 40 mil.

Índices Financeiros

Verifica-se discreta melhoria da estrutura patrimonial, atestada pela redução da necessidade de capital de giro, pela evolução da liquidez corrente, pela maior garantia de capital de terceiros e pelos declinantes índices de endividamento geral e de curto prazo, resultado do persistente processo de saneamento.

No início deste novo ano, renovamos a confiança de que o apoio e a determinação dos funcionários, parceiros e acionistas levarão a CASEMG ao cumprimento pleno de sua missão institucional e à materialização de resultados que satisfaçam suas expectativas.

A Administração



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º andares
30140-061 – Belo Horizonte/MG
F: (31)3272.2833 – Fax: (31)3272.2829
E-mail: presidencia@casemg.com.br
www.casemg.com.br